

**Intervenção inicial da Ministra da Modernização do Estado e da
Administração Pública**

**Audição regimental na Comissão de Administração Pública,
Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local**

Assembleia da República, Lisboa, 27 de abril de 2021

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Na última vez que estive nesta comissão, afirmei que cabe ao Estado ser um garante de estabilidade em momentos de dificuldade e incerteza. Essa é uma convicção que está presente, todos os dias, no desempenho das minhas funções.

E quando me refiro ao Estado, não me refiro apenas à Administração Central. Refiro-me ao Estado que começa em cada autarquia, junto das pessoas e respondendo às suas necessidades.

Estou certa de que a recuperação económica e social do país dependerá em muito do trabalho conjunto e da cooperação que

formos capazes de desenvolver entre a Administração central e a Administração local.

Assim, e reconhecendo o papel insubstituível das autarquias locais na resposta à pandemia, reunimos na semana passada com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, para comunicar que as despesas com o combate à Covid-19 vão começar a ser comparticipadas através da dotação do Fundo de Solidariedade da União Europeia, num total de 55 milhões de euros.

Esta era uma prioridade para o Governo e a fórmula encontrada para ressarcir os municípios vai permitir que o pagamento da primeira tranche (65%) seja feito logo no momento da assinatura do termo de aceitação.

No início deste ano, eu e o Senhor Secretário de Estado da Descentralização e Administração Local terminámos um conjunto de reuniões de balanço que realizámos, por videoconferência, com todas as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, reforçando o trabalho de grande proximidade que tem sido desenvolvido, desde o início da crise pandémica, entre o Estado Central e as autarquias.

Esta cooperação tem dado frutos nas mais diversas áreas. Exemplo disso é a assinatura de acordos de colaboração – homologados por esta Área Governativa e pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação – com cerca de 40 municípios, no âmbito do Programa 1º Direito, que visa promover soluções habitacionais para as famílias mais carenciadas e sem alternativa habitacional, através do financiamento do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Estou certa de que cumprir a descentralização é fundamental para que Portugal possa emergir no pós-pandemia mais coeso. No terreno, a transferência de competências está agora a entrar em velocidade de cruzeiro.

Se a maioria das competências previstas na lei-quadro da descentralização já está a ser exercida pelas autarquias locais – num processo de transferência que foi realizado gradualmente até 1 de janeiro de 2021 – as restantes, que se tornam obrigatórias a 31 de março de 2022, também registaram avanços importantes.

Na Saúde, foram celebrados 20 autos de transferência. Na Educação, mais de um terço dos municípios já solicitaram a constituição de comissões para a transferência de competências e mais de 150 municípios já aceitaram exercer essas competências, sendo que, destes 14 fazem-no ao abrigo de contratos interadministrativos e outros ao abrigo de contratos de execução, até à data da sua caducidade, nos termos legais. Na Cultura, passámos de 9 Autos celebrados com 8 municípios para 35 autos em fase final de elaboração para assinatura com 32 municípios.

Para estas três áreas (Cultura, Educação e Saúde) estão previstas transferências financeiras superiores a 325 milhões de euros, em 2021.

Na Ação Social foram publicadas as portarias que regulamentam o decreto-lei, permitindo que as autarquias atuem numa área muito relevante no contexto atual, por exemplo, pagando diretamente subsídios a famílias carenciadas.

Reconhecemos a complexidade da tarefa que é exigida aos municípios e, por isso, estamos a promover um conjunto de webinars com as diferentes áreas setoriais, procurando esclarecer dúvidas e apoiar os autarcas neste processo. O primeiro teve como tema a transferência de competências na área do estacionamento, o segundo na área das praias e o próximo, relacionado com a credenciação de técnicos municipais em segurança contra incêndios em edifícios, contará com a participação da Proteção Civil.

No que se refere à transferência de competências dos municípios para as freguesias, que consideramos de importância fundamental, verifica-se que o número de freguesias a assumirem competências mais do que duplicou, são agora 735 freguesias de 82 municípios, num valor de cerca de 60 M€.

E aprovámos a portaria que fixa o valor das taxas devidas pelos serviços às entidades gestoras dos Espaços Cidadão.

Senhoras e Senhores Deputados,

Para que o Estado seja o motor de um país mais próspero tem de estar mais bem apetrechado, tem de ter trabalhadores mais qualificados.

De acordo com os dados do SIEP, em 2020, o emprego público aumentou 2,8% face ao ano anterior, para um total de mais de 718 mil trabalhadores. Esta evolução confirma a aposta do Governo no reforço da administração pública, especialmente no setor Saúde com um aumento de profissionais sustentado de ano para ano e em particular no contexto da resposta à crise pandémica.

No quadro do processo de recrutamento centralizado, foram já lançados dois procedimentos de oferta de colocação para os candidatos da bolsa de técnicos superiores selecionados. No total, foram colocados mais de 400 trabalhadores que vão contribuir para o rejuvenescimento e a qualificação da Administração Pública, especialmente nos recém-criados Centros de Competências de Apoio à Política Externa e de Planeamento. Destes, mais de 50 já estão a desempenhar funções nos seus novos postos de trabalho.

A capacitação técnica do Estado através da contratação de técnicos superiores e da valorização do seu estatuto é também uma das medidas previstas no Programa de Estabilidade (2021-2025). Nesse sentido, iniciámos já este mês a discussão com as estruturas sindicais representativas dos trabalhadores da Administração Pública sobre a revisão do SIADAP, com o objetivo de atualizar e simplificar os ciclos de avaliação de desempenho e daí tirar as devidas ilações o desenvolvimento das carreiras.

No âmbito da qualificação, devolveu-se ao INA o estatuto de instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de reforçar a qualificação dos trabalhadores da AP e promover a criação massa crítica e está para muito breve a apresentação da sua comissão instaladora.

Caberá a este INA, renovado e fortalecido, a tarefa de executar o PRR na dimensão de capacitação e qualificação da AP, no digital e não só, aproveitando sinergias com as instituições de ensino superior.

Senhoras e Senhores Deputados,

Face às alterações dos modelos de trabalho que conhecíamos e tomávamos como certos e com o teletrabalho a ganhar uma preponderância que há um ano julgaríamos improvável, a Administração Pública decidiu olhar para si própria e para essas transformações. Um estudo da Direção-Geral de Administração e Emprego Público revelou que grande maioria dos dirigentes públicos considera que o teletrabalho não teve um impacto negativo na produtividade do trabalho prestado nem afetou a motivação dos trabalhadores.

Estes são resultados muito importantes que nos permitem encarar o teletrabalho como uma ferramenta útil, de natureza voluntária, garantindo os direitos dos trabalhadores, sem prejuízo do cumprimento dos objetivos das organizações.

Ainda no capítulo dos direitos dos trabalhadores, na ADSE, e fruto do empenho desta tutela e da energia e competência do novo Conselho Diretivo, têm sido dados passos muito importantes no sentido do reforço da sustentabilidade do sistema, numa lógica intergeracional.

Depois do alargamento aos CIT – que a 20 de abril já representava 75 mil novas inscrições –, ainda este mês foi possível enviar aos prestadores privados as novas tabelas, que mereceram o parecer positivo do Conselho Geral e de Supervisão, cumprindo o compromisso assumido no início da legislatura.

Tornaram-se as tabelas mais competitivas e atrativas para os prestadores e, simultaneamente, fechou-se um conjunto muito alargado de preços, dando maior previsibilidade aos encargos futuros da ADSE, mas também aos dos beneficiários. As consultas de psicologia foram introduzidas pela primeira vez nas tabelas, sendo

comparticipadas sem necessidade de prescrição médica e, na medicina dentária, os preços foram revistos em alta para estarem mais alinhados com o mercado.

O grande objetivo é reforçar o regime convencionado, criando condições para aumentar o número de convenções e, dessa forma, prestar um melhor serviço aos beneficiários, quer no que diz respeito às especialidades cobertas, quer ao território coberto com convenções.

No ano passado, decidimos avançar com o Programa para Jovens Estudantes, que prevê a transformação de edifícios dos Serviços Sociais da AP sem utilização em alojamento para estudantes. Rapidamente, deu-se início a um projeto de requalificação e, no próximo ano letivo, será possível garantir a abertura de uma residência com 47 camas em Lisboa destinadas aos filhos dos trabalhadores públicos que preencham os requisitos definidos. Este apoio essencial para os estudantes que dele necessitem e vai facilitar a frequência do Ensino Superior numa instituição localizada fora da área de residência.

Trata-se de uma medida solidária em relação aos trabalhadores da Administração Pública e às suas famílias, que obedece aos princípios enformadores da ação social complementar.

O país retoma o seu funcionamento pleno. Na semana passada foi possível reabrir as Lojas de Cidadão para o atendimento presencial mediante marcação prévia. Fizemo-lo com garantias de segurança para todos, reforçando as medidas já implementadas – sinalética, acrílicos separadores e pontos de desinfeção – e dar-se-á em breve

início à testagem periódica e massiva de todos os trabalhadores que exercem funções nos espaços cidadão.

No presencial, e em parceria com as autarquias, sobretudo com as juntas de freguesia, estamos a ampliar a rede de Espaços Cidadão, contando já com mais de 750 balcões no território nacional e nos consulados. Mais 148 do que no início da legislatura.

Com um catálogo alargado de serviços, os Espaços Cidadão têm ajudado a descongestionar, nomeadamente os serviços relacionados com o Cartão de Cidadão. Hoje, é possível renovar o Cartão de Cidadão em 591 Espaços Cidadão e, destes, 62 já permitem também fazer o levantamento presencial no local. Em menos de quatro meses, os Espaços Cidadão renovaram cerca de 50 mil cartões e entregaram cerca de 10.500.

Alem disso, temos implementada com a Justiça uma medida que permite o envio de Cartões de Cidadão através dos CTT, que já permitiu que cerca de 350 mil portugueses recebessem o seu documento renovado em casa.

Só com esta capacidade de inovação e adaptação teremos serviços públicos mais eficientes e maior qualidade nos serviços públicos. Recentemente, no quadro da execução de uma medida Simplex, criou-se um grupo de coordenação entre as diversas áreas governativas que têm atendimento ao público para gerir de forma integrada o atendimento, uniformizando, antecipando constrangimentos e propondo soluções.

No digital, só no mês de março, registaram-se cerca de 260 mil novas adesões à Chave Móvel Digital. São agora mais 2,7 milhões as

chaves existentes, das quais cerca de 1,8 milhão estão ativas, o que significa que foram efetivamente utilizadas para aceder a serviços digitais.

No balanço da Estratégia TIC da AP 2017-2020, o investimento na tecnologia que suporta este processo de transformação digital foi de 300 milhões de euros e representou um total de benefícios superior a 700 milhões de euros, ou seja, benefícios líquidos de cerca de 400 milhões em poupanças e benefícios sociais para cidadãos e empresas.

Senhoras e Senhores Deputados,

No passado domingo, nesta casa, o Senhor Presidente da Assembleia da República referiu-se à modernização da administração pública como uma das realizações de Abril. Não poderia estar mais de acordo! Modernizar e simplificar é tornar os processos transparentes e eficientes. É permitir o escrutínio e a participação cívica que distinguem as melhores democracias.

O Portal Mais Transparência, uma plataforma desenvolvida pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA) e pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC), vai permitir a todos os cidadãos o acompanhamento da implementação e execução dos vários programas operacionais.

No quadro do Plano de Recuperação e Resiliência, a aposta na digitalização da Administração Pública persegue também esse objetivo de transparência, quer na dimensão de promoção de uma

cidadania mais ativa, quer na dimensão de melhorar a relação dos serviços públicos com os cidadãos e as empresas.

Numa lógica de omnicanal, será ainda disponibilizado um Centro de Contacto dotado de meios e tecnologia que permita aceder telefonicamente a alguns dos principais serviços públicos e está prevista a expansão da rede de atendimento presencial, com a abertura de 20 novas Loja de Cidadão, de 300 novos Espaços Cidadão.

Senhoras e Senhores Deputados,

O investimento do PRR no Estado não tem o Estado como um fim em si mesmo, mas sim a melhoria dos serviços públicos. Modernizar e capacitar a Administração Pública contribui para reduzir os custos de contexto para as empresas, melhorar o ambiente de negócios e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos.

Acredito profundamente que não há países modernos sem Estados modernos, nem economias competitivas sem serviços públicos eficientes, e muito especialmente, não há sociedades justas sem serviços públicos inclusivos. Investir na Administração pública é investir nos cidadãos e na economia, num país coeso e num estado social.

Muito obrigada!